

ano 23 – n. 83 | janeiro/março – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-216 | ISSN 1808-5628  
R. bras. de Dir. mun. – RBDM

**Revista Brasileira de  
DIREITO MUNICIPAL**

**RBDM**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## **DOCTRINA**

### ARTIGOS

A gestão das emoções dos servidores públicos como agenda prioritária das escolas de governo

<b>Ana Cristina Moraes Warpechowski</b> .....	9
1 Introdução .....	9
2 Os arquétipos institucionais.....	11
3 Governança: em busca do real sentido das instituições públicas .....	12
4 Nem só razão, nem só emoção: o equilíbrio fundamental .....	14
5 E o servidor público brasileiro: como está a sua saúde?.....	18
6 Considerações finais: a gestão das emoções como agenda prioritária das escolas de governo.....	22
Referências .....	24

Análise do processo de implantação de laboratórios de inovação no setor público

<b>Cinara de Araújo Vila</b> .....	29
1 Introdução .....	29
2 Inovação na prestação de serviços públicos .....	31
2.1 Laboratórios de inovação no setor público.....	33
2.2 Na Administração Pública Federal: o Laboratório GNova – Enap.....	35
2.3 Na Administração Pública Municipal: o Laboratório O11.Lab .....	41
3 Considerações finais .....	43
Referências .....	44

A concretização do direito fundamental à moradia como fator de justiça social e efetivação constitucional

<b>Cristiane da Costa Nery, Camila Rapach</b> .....	47
1 Introdução .....	48
2 Dignidade da pessoa humana .....	49
3 A função social da propriedade urbana.....	53
4 Direito à moradia .....	56
5 Direito à cidade.....	61
5.1 O direito à cidade como um direito fundamental .....	63
6 A regularização fundiária urbana como concretização do direito fundamental à moradia.....	67
6.1 A experiência do Município de Porto Alegre na regularização fundiária.....	68
7 Conclusão .....	72
Referências .....	74

A importância da outorga onerosa do direito de construir na promoção do adequado ordenamento territorial urbano de Fortaleza

<b>Luciola Maria de Aquino Cabral, José Luiz da Silva Netto</b> .....	77
1 Introdução .....	77
2 Estatuto da Cidade e a regulamentação da OODC como instrumento jurídico .....	78
2.1 Natureza jurídica da OODC: distinção entre outorga onerosa, tributos e preço público..	80
2.2 Natureza jurídica da OODC: aproximação com o Direito Ambiental .....	83
3 Plano diretor e limites para aplicação da OODC .....	85
3.1 Limites da OODC e a proteção ambiental .....	86
4 Análise da aplicação da OODC em Fortaleza .....	88
5 Considerações finais .....	90
Referências .....	91

## PARECER

PGM – Parecer Singular nº 1220. Processo SEI nº 21.0.000050957-1

<b>Prefeitura Municipal de Porto Alegre</b> .....	95
1 Algumas linhas sobre a Lei Municipal nº 12.827/2021.....	96
2 Da retenção integral do pagamento como forma de exigir o cumprimento de obrigações acessórias por parte do particular.....	99
3 O Poder Executivo e as leis inconstitucionais.....	105
4 Conclusão .....	108

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

#### Supremo Tribunal Federal

ADI – Constituição do Estado do Amapá – Controle concentrado de constitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça local, de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal – Possibilidade desde que o parâmetro de controle seja de reprodução obrigatória ou quando existir, no âmbito da Constituição Estadual, norma de caráter remissivo à Constituição da República. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.647/AP..... 113

#### Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – Decisão normativa do TCU – Aumento populacional – Índice do IBGE – Adoção de critérios para o mesmo exercício – Ilegalidade – Princípio da anualidade – Dispositivos do Código Tributário Nacional. Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.749.966/PR..... 123

#### Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Improbidade administrativa – Contratação sem concurso público – Sucessivas leis de conteúdo semelhante – Ações de inconstitucionalidade – Recomendações do MP – Dolo caracterizado. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.809.050/SP..... 129

## **Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial – Administrativo – Servidor público – Empréstimo consignado – Óbito do consignante – Extinção do débito – Impossibilidade – Inaplicabilidade da Lei nº 1.046/1950 aos servidores públicos municipais – Legislação destinada exclusivamente aos servidores públicos civis federais. Recurso Especial nº 1.835.511/SP ..... 133

## **Superior Tribunal de Justiça**

Direito Tributário – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) – Base de cálculo – Vinculação com Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Inexistência – Valor venal declarado pelo contribuinte – Presunção de veracidade – Revisão pelo Fisco – Instauração de processo administrativo – Possibilidade. Recurso Especial nº 1.937.821/SP ..... 139

## **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Administrativo – Ação Civil Pública – Uso de máquina doada pelo Governo Federal – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Formas de controle diversas – Livre escolha do gestor público – Discricionariedade da Administração – Autonomia do município – Impossibilidade de intervenção do Poder Judiciário.  
Remessa Necessária Cível nº 0800230-06.2016.4.05.8105 ..... 155

## **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Constitucional – Administrativo – Ação Civil Pública – Aplicação da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) – Auxílio emergencial ao setor cultural – Não adesão voluntária de cinco municípios alagoanos – Controle e juridicidade – Impossibilidade – Separação dos Poderes. Agravo de Instrumento nº 0800248-19.2021.4.05.0000 ..... 159

## **CONSULTAS**

### **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Consulta – Cessão de servidores e de uso de bem público – Interesse público – Possibilidade – Conveniência e oportunidade – Formalização – Convênio – Termo de colaboração – Recursos financeiros – Despesas – Previsão nas leis orçamentárias – Dotação orçamentária específica – Possibilidade de o Poder Legislativo municipal disponibilize servidores públicos efetivos para colaborar com a Polícia Civil na consecução de atividades administrativas. Processo nº 1.107.524 ..... 169

### **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Lei Complementar nº 173/2020 – Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus – Contingências fiscais – Nomeação para o cargo de assessoramento criado anteriormente à vigência da lei complementar, que se encontra vago e que nunca foi ocupado – Impossibilidade – Situação que não se enquadra à hipótese de reposição de cargo comissionado – Acarretamento de aumento de despesas.  
Processo nº 252.920/21 ..... 181

EMENTÁRIO ..... 187

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS ..... 211

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES ..... 215